



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

# Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação

2015 – 2020



DEPARTAMENTO DE  
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
E COMUNICAÇÃO

*Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação  
no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Paraná*

*Junho / 2016*

CÚPULA DIRETIVA

Desembargador Paulo Roberto Vasconcelos

Presidente

Desembargador Renato Braga Bettega

1º Vice-Presidente

Desembargador Fernando Wolff Bodziak

2º Vice - Presidente

Desembargador Eugênio Achille Grandinetti

Corregedor-Geral

Desembargador Robson Marques Cury

Corregedor

José Alvacir Guimarães

Diretor Geral

Maria Alice de Carvalho Panizzi

Assessoria de Planejamento

SUPERVISÃO GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – SGTIC

Desembargador Marcelo Gobbo Dalla Dea

Supervisor

## EQUIPE TÉCNICA ENVOLVIDA NESTE DOCUMENTO

NELSON JOAQUIM SANTOS

Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTIC

Servidores envolvidos:

- ALÉSSIO ROMAN JUNIOR
- ALUIZIO CARLOS WANDERLEY GROCHOCKI
- CARLOS GUSTAVO DE OLIVEIRA MARQUES
- FÁBIO DE ARAUJO
- FÁBIO LUIZ BRUCH
- LUIZ FERNANDO MOLETTA ALVES
- MAGNO MARIO BAYER FILHO
- MÁRCIO MORTENSEN WANDERLEY
- MARIA APARECIDA LEVIS COSTA
- MARIA ESTHER AGUIRRA DE MORAES
- MARIA INÊS LEVIS COSTA
- PABLO TAVARES
- ROLF MERTENS JUNIOR
- WILSON JOSE PLATNER

### Histórico das Versões:

<b>Data</b>	<b>Descrição</b>	<b>Responsável</b>
16/12/2015	Versão 01 - Aprovada pelo Presidente Desembargador Paulo Roberto Vasconcelos através do SEI 0071984-46-2015	Equipe Planejamento
15/03/2016	Versão 1.1 - Compatibilização deste documento com a Resolução CNJ 211/2015	Equipe Planejamento
17/03/2016	Versão 1.2 – Fechamento oficial do documento para aprovação Presidencial.	Equipe Planejamento
06/06/2016	Versão 1.3 – Revisão do documento contemplando as considerações do DPLAN e NCI (SEI 0014991-46.2016.8.16.6000)	Equipe de Planejamento

## Sumário

1	APRESENTAÇÃO .....	9
2	DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS.....	9
3	DIAGNÓSTICO .....	12
3.1	Organograma .....	12
3.2	Análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) .....	13
4	PLANO ESTRATÉGICO TIC - PETIC.....	15
4.1	Macrodesafio do Poder Judiciário para TIC.....	15
4.2	Macrodesafio do PJPR para TIC .....	15
4.3	MISSÃO .....	16
4.4	VISÃO de Futuro .....	16
4.5	VALORES .....	16
4.6	MAPA Estratégico de TIC .....	17
4.6.1	Objetivos Estratégicos de TIC (OETIC) .....	19
4.6.1.1	OETIC-1. Aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal de TIC.....	20
4.6.1.2	OETIC-2. Prover infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas .....	21
4.6.1.3	OETIC-3. Aprimorar a gestão orçamentária e financeira de TIC.....	22
4.6.1.4	OETIC-4. Aperfeiçoar a governança e a gestão de TIC.....	23
4.6.1.5	OETIC-5. Aprimorar as contratações de TIC.....	24
4.6.1.6	OETIC-6. Promover a adoção de padrões tecnológicos.....	25
4.6.1.7	OETIC-7. Aprimorar e fortalecer a integração e a interoperabilidade de sistemas de informação	26
4.6.1.8	OETIC-8. Aprimorar a segurança da informação em TIC .....	27
4.6.1.9	OETIC-9. Primar pela satisfação dos usuários de TIC.....	28
4.6.2	Indicadores de TIC .....	29
4.7	Ficha dos Indicadores Estratégicos.....	30
4.7.1	IE-1.1 - Índice de execução do Plano Anual de Capacitação .....	30
4.7.2	IE-2.1 - Índice de implantação de ambiente DATACENTER 1 .....	31
4.7.3	IE-2.2 - Índice de implantação de ambiente DATACENTER 2 .....	33
4.7.4	IE-3.1 - Índice de execução do Plano Orçamentário de TIC.....	34

4.7.5	IE-4.1 - Índice de Governança de TI (iGovTI) .....	35
4.7.6	IE-5.1 - Índice de execução do Plano de Contratações de TIC.....	36
4.7.7	IE-6.1 - Índice de formalização da Metodologia de desenvolvimento e de sustentação de Software .....	37
4.7.8	IE-7.1 - Índice de aderência dos Sistemas Judiciais ao MNI .....	38
4.7.9	IE-8.1 - Índice de formalização da Gestão de Riscos em TIC .....	39
4.7.10	IE-9.1 - Índice de Satisfação dos Usuários de TIC .....	40
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	41
	APÊNDICES.....	43
A.	Matriz de Alinhamento Estratégico Institucional e DTIC.....	45
B.	Checklist de Implantação de Datacenter no TJPR .....	46
C.	Checklist de formalização da Metodologia de Desenvolvimento e Sustentação Software .....	49
D.	Checklist de formalização da Gestão de Riscos em TIC .....	50



## 1 APRESENTAÇÃO

Este documento define o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) do Poder Judiciário do Paraná para o período de 2015 a 2020, resumem os objetivos estratégicos a serem alcançados, indicadores de acompanhamento e iniciativas/projetos a serem desenvolvidos para tal.

## 2 DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

A primeira elaboração do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) do Poder Judiciário do Paraná foi uma iniciativa do Grupo de Planejamento do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC), em 2009 com a aprovação do PETIC 2010 no Órgão Especial em 26/03/2010. Entre 2012 e 2014, este grupo de Planejamento gerou novas versões deste documento, revisando e criando objetivos estratégicos e indicadores, conforme consta no protocolo 2013.00408595, porém o material não foi submetido à aprovação do Órgão Especial. EM 2015, o PETIC 2015-2020 e PDTIC 2015-2016, foram aprovados pelo presidente Desembargador Paulo Roberto Vasconcelos.

Para a elaboração desse trabalho foi definida a metodologia *Balanced Scorecard* – BSC<sup>1</sup>.

Os membros do grupo de planejamento do DTIC, com o seu conhecimento multidisciplinar e o claro entendimento das necessidades do Departamento, puderam realizar com muita competência diversos workshops e discussões. Foram compiladas todas as ideias, opiniões e sugestões apresentadas nas dinâmicas, e também foram considerados os itens:

---

<sup>1</sup> Metodologia de medição e gestão de desempenho desenvolvida pelos professores da *Harvard Business School*, Robert Kaplan e David Norton, em 1992. Pode ser entendido também como uma técnica que visa à integração e balanceamento de todos os principais indicadores de desempenho existentes em uma instituição, estabelecendo objetivos da qualidade (indicadores) para funções e níveis relevantes. Assim, esse modelo traduz a missão e a estratégia de uma empresa em objetivos e medidas tangíveis.

- a) Resolução nº 198/CNJ, de 01 de julho de 2014;
- b) Resolução nº 211/CNJ, de 15 de dezembro de 2015;
- c) A análise do “Auto Circunstanciado de Inspeção do CNJ”;
- d) A Portaria 237, de 23 de outubro de 2009;
- e) O relatório da “Auditoria Nº 001/2012” do Núcleo de Controle Interno do TJPR;
- f) Protocolo nº 147.576/2012, de 27 de julho de 2012;
- g) Plano Estratégico do Judiciário (PE CNJ 2015 – 2020);
- h) Plano Estratégico Institucional (PEI 2015 – 2020);
- i) Plano Estratégico de TIC CNJ (PETIC CNJ 2015 – 2020);
- j) Plano Estratégico de TIC TJPR (PETIC 2010 e PETIC 2012);
- k) Plano de Ação e Metas do Des. Paulo Roberto Vasconcelos (Presidente TJPR na gestão 2015 - 2017);
- l) As normas ISO (27001 – Segurança da Informação);
- m) Guias de Boas Práticas (COBIT®, ITIL®, PMBok®);
- n) Alguns projetos em andamento no DTIC;
- o) As necessidades atuais formuladas pela Cúpula Diretiva e Administrativa;
- p) As necessidades na continuação de melhorias internas no DTIC distribuídas nas áreas de gestão, infraestrutura, comunicação de dados, desenvolvimento de sistemas, atendimento e logística.

No contexto do DTIC do PJPR, houve a preocupação em promover o alinhamento estratégico institucional (perspectivas: SOCIEDADE, PROCESSOS INTERNOS, APRENDIZADO E CONHECIMENTO, e RECURSOS) e a estratégia nacional de tecnologia da informação e comunicação do poder Judiciário do CNJ.

As diretrizes do PETIC 2015-2020 e PDTIC 2015-2016 foram aprovados pelo Supervisor de TIC e presidência deste Tribunal, conforme os respectivos protocolos (SEI-0071984-46-2015) e (SEI-0071992-23-2015).

Notadamente, após a publicação da resolução CNJ nº 211 de 15 de dezembro de 2015, houve a necessidade da revisão de todo o conteúdo

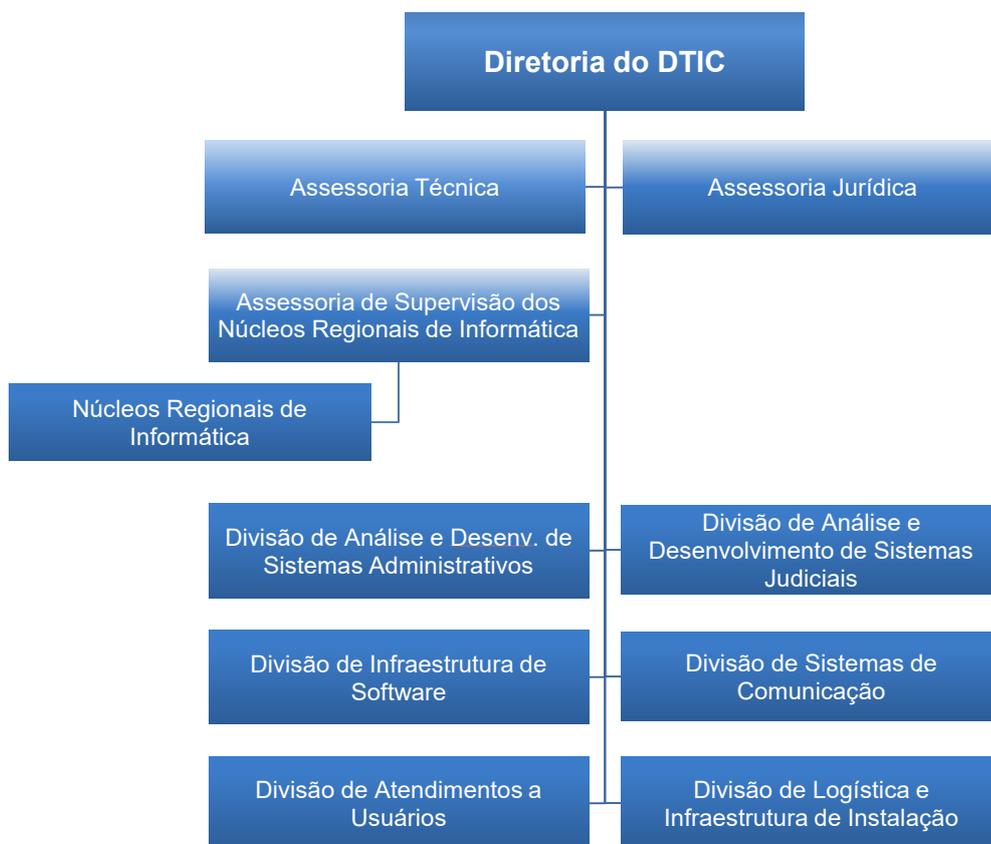
estratégico e seus alinhamentos com o plano diretor. Desta forma, seguem as novas diretrizes para o PETIC 2015-2020.

Os produtos (mapa estratégico, indicadores, metas e iniciativas / projetos) validados serão apresentados a seguir nas próximas seções.

### 3 DIAGNÓSTICO

#### 3.1 Organograma

À Diretoria do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação do TJPR, nos termos do Decreto 568/2010, está constantemente alinhado com as diretrizes e metas da alta administração e aos avanços tecnológicos necessários ao Poder Judiciário do Paraná. E, para tal, conta com a seguinte estrutura departamental:



## 3.2 Análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças)

### AMBIENTE INTERNO

FORÇAS
1. Comprometimento da equipe de Informática.
2. Credibilidade da área de tecnologia da informação e comunicação
3. Pró-atividade dos profissionais na busca de conhecimentos.
4. Clima organizacional favorável na área de informática.
5. Cargos de liderança e operacionais ocupados por servidores do quadro permanente
6. Melhoria contínua dos equipamentos de informática.
7. Acompanhamento constante da tecnologia utilizada no mercado.
8. Busca pela implantação de melhores práticas de gestão de serviços e Governança Corporativa de TIC;

FRAQUEZAS
1. Falta de aprovação da Política de Segurança.
2. Falta da definição de um Plano de Continuidade de Negócios.
3. Existência de sistemas legados em produção.
4. Falta de integração entre os Sistemas desenvolvidos.
5. Baixa maturidade nos processos de Gestão (envolvendo: projetos, pessoal, serviços de TI, aquisições, comunicação, procedimentos de trabalho, mudanças, e continuidade de sistemas críticos)
6. Baixa adesão do Padrão de Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas.
7. Inexistência de Metodologia de Gerenciamento de Serviços de T.I.
8. Baixa comunicação interna entre as equipes.
9. Baixo grau de integração dos Projetos de Informática e Telecomunicações.
10. Falta de metodologias de mensuração de software.
11. Baixa participação dos colaboradores em congressos, seminários e eventos da área.

## AMBIENTE EXTERNO

OPORTUNIDADES
1. Utilização de Boas Práticas de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ.
2. Alta velocidade mundial de evolução tecnológica.
3. Evolução tecnológica dos órgãos pertencentes aos governos estaduais e federais.
4. Existência de muitas faculdades de tecnologia no Paraná.
5. Crescimento da taxa de utilização da internet pela população.
6. Fácil adaptação às tecnologias utilizadas pelos clientes e usuários da Justiça.

AMEAÇAS
1. Alta oferta de produtos de tecnologia.
2. Falta de padronização do uso de tecnologia pelos participantes da cadeia de valor do TJPR
3. Alta procura de profissionais de tecnologia pelo mercado.
4. Dificuldade de mensuração de resultados dos produtos e serviços de tecnologia.
5. Criação de Novos Fóruns e Estatização de Varas Judiciais.
6. Aumento da população do Estado do Paraná, o crescimento processual dos jurisdicionados.
7. Alta demanda de Magistrados, sem priorização.
8. Baixa atuação do Escritório de Projetos do TJPR.

## 4 PLANO ESTRATÉGICO TIC - PETIC

A formulação da Missão, Visão e Valores no âmbito da Tecnologia da Informação do PJPR, foram mantidas da versão anterior do Plano Estratégico de TIC, porém novas informações estratégicas do Poder Judiciário foram levadas em consideração.

### 4.1 Macrodesafio do Poder Judiciário para TIC

O Macrodesafio do Poder Judiciário estabelecido pela Res. 198 do CNJ para a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), instituído para o período 2015 a 2020, é:

#### MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E GOVERNANÇA DE TIC

*“Uso racional dos instrumentos de Tecnologia da Informação e Comunicação, alinhado às políticas de TIC definidas pelo Conselho Nacional de Justiça. Visa garantir confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais da justiça, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos.” (grifos acrescidos).*

### 4.2 Macrodesafio do PJPR para TIC

O macrodesafio para TIC estabelecido no Planejamento Estratégico Institucional (PEI) do Poder Judiciário do Estado do Paraná, instituído para período 2015 a 2020, é:

#### (PEI OE-07) APERFEIÇOAR OS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

*“Atuar para o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de informação efetivos, para a antecipação de intervenções necessárias na administração da Justiça.*

*Iniciativas:*

- *Converter os sistemas de informação terceirizados em sistemas próprios;*
- *Melhorar o Índice de disponibilidade de sistemas de informação críticos;*
- *Melhorar o Índice de desempenho de atendimento;*
- *Aumentar o grau de satisfação dos usuários de serviços e sistemas de TIC;*
- *Estabelecer padrões de desenvolvimento de software;*

- *Aprimorar o padrão visual e funcional da interface dos sistemas de informação;*
- *Monitorar a disponibilidade dos sistemas de informação;*
- *Elaborar e executar plano de integração de sistemas de informação;*
- *Melhorar o índice de processos eletrônicos novos (CNJ);”*

### 4.3 MISSÃO

A missão é a razão de ser da organização, definindo seu propósito institucional e como pretende atuar no seu dia-a-dia. A missão gera comprometimento dos colaboradores com o trabalho que é realizado.

**Prover o Judiciário Paranaense de soluções tecnológicas efetivas para que cumpra a sua função institucional.**

### 4.4 VISÃO de Futuro

A visão de futuro é a projeção de um cenário idealizado, possível e desejável da organização, de maneira clara, atraente e viável. Responde à pergunta: “O que queremos ser?”

**Ser reconhecido pela qualidade de seus serviços e soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação.**

### 4.5 VALORES

Os valores organizacionais podem ser definidos como princípios que guiam a vida da organização, tendo um papel tanto de atender aos seus objetivos quanto de atender às necessidades de todos aqueles a sua volta. São as crenças, a identidade do Grupo.

O DTIC adotou os mesmos valores institucionais do TJPR:

- |                  |              |
|------------------|--------------|
| • Transparência  | • Justiça    |
| • Ética          | • Inovação   |
| • Celeridade     | • Eficiência |
| • Acessibilidade | • Segurança  |

## 4.6 MAPA Estratégico de TIC

O Mapa estratégico é a representação gráfica que permite visualizar os diferentes itens do modelo BSC de uma organização, interligando as perspectivas (do inferior para a superior) através dos objetivos estratégicos, resultando no cumprimento da missão da instituição e na construção da sua visão de futuro.

Para fins de agrupamento dos objetivos estratégicos propostos, procedeu-se à decomposição da estratégia em 3 dimensões (Perspectiva Recursos, Perspectiva Processos Internos, e Perspectiva Sociedade).

Resumidamente, seguem os passos realizados na elaboração do mapa estratégico de TIC, e uma breve explicação dos seus componentes:



- **Objetivos Estratégicos:** são declarações de ações que direcionam o caminho para se realizar a missão e alcançar a visão de futuro. *O que é crítico para alcance da estratégia?*
- **Indicadores:** valores quantificáveis, utilizados para acompanhar e melhorar os resultados e o desempenho da organização ao longo do tempo. *Como será medido?*
- **Metas:** Representa o estabelecimento de valores ideais dos indicadores ao longo do tempo. *O nível de desempenho ou a taxa de melhoria necessários?*
- **Iniciativas:** conjunto de ações necessárias ao alcance dos objetivos estratégicos. *Sugestão de Planos e Projetos a serem executados.*

O Alinhamento Estratégico entre os objetivos do Poder Judiciário estabelecidos pela resolução CNJ nº 211 / 2015, e os objetivos institucionais

do Tribunal de Justiça do Paraná (2015-2020) através da Resolução TJPR 138 de 23 de março de 2015, delimitaram os objetivos estratégicos de TIC para o TJPR conforme mostrados no mapa seguir:



De acordo com Juran [1985], gerenciar é controlar e agir corretivamente. Sem indicadores não há medição. Sem medição não há controle. Sem controle não há gerenciamento.

#### **4.6.1 Objetivos Estratégicos de TIC (OETIC)**

A seguir são apresentados os objetivos estratégicos de TIC e na sequência serão detalhados as descrições e indicadores associados.

- OETIC.1 - Aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal de TIC
- OETIC.2 - Prover infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas
- OETIC.3 - Aprimorar a gestão orçamentária e financeira de TIC
- OETIC.4 - Aperfeiçoar a governança e a gestão de TIC
- OETIC.5 - Aprimorar as contratações de TIC
- OETIC.6 - Promover a adoção de padrões tecnológicos
- OETIC.7 - Aprimorar e fortalecer a integração e a interoperabilidade de sistemas de informação
- OETIC.8 - Aprimorar a segurança da informação de TIC
- OETIC.9 - Primar pela satisfação dos usuários de TIC

4.6.1.1 OETIC-1. Aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal de TIC

**Perspectiva:** Recursos

**Descrição:**

Implementar um planejamento básico que vise à capacitação do corpo funcional de TIC (técnica e gerencial), melhorando a produtividade e o clima organizacional.

Nº	INDICADOR DTIC	METAS
1.1	Índice de execução do Plano Anual de Capacitação	Atingir, em 2016 o índice mínimo de 70%;

**Iniciativas Relacionadas:**

- Aperfeiçoar o Plano Anual de Capacitação;
- Solicitar a aquisição e divulgação de livros e periódicos especializados para o DTIC;
- Promover workshops, minicursos, e palestras com tutores internos ao DTIC;

4.6.1.2 OETIC-2. Prover infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas

**Perspectiva:** Recursos

**Descrição:**

Instrumentalizar a área de TI para suportar as demandas do órgão por meio da adequação e modernização da infraestrutura e parque tecnológico, bem como adotar sistemas e serviços específicos.

Nº	INDICADOR DTIC	METAS
2.1	Índice de implantação do DATACENTER 1	Atingir, em 2016 a implantação do primeiro ambiente de processamento central.
2.2	Índice de implantação do DATACENTER 2	Atingir até 2018 a implantação do segundo ambiente de processamento central.

Obs.: atendendo os requisitos mínimos de segurança e de disponibilidade (contemplando sala cofre ou sala segura que sigam as melhores práticas nacionais e internacionais).

**Iniciativas Relacionadas:**

- Elaborar e executar o Plano de Atualização Tecnológica;
- Assegurar a infraestrutura física de TIC nas unidades judiciárias do PJPR;
- Aprimorar o monitoramento dos sistemas de informação;
- Converter os Sistemas de Informação terceirizados por soluções próprias ou de outros órgãos públicos que não tragam ônus ao TJPR (Folha de Pagamento, Judwin, Siscom);
- Promover a Implantação da solução de gravações de audiências;
- Promover a Implantação do Processo Eletrônico no 2º grau (PJe)
- Promover a renovação de licenças de softwares.
- Promover a adoção de ferramentas de inteligência e de exploração de dados (*Business Intelligence*)
- Prover Armazenamento de dados para as demandas institucionais

4.6.1.3 OETIC-3. Aprimorar a gestão orçamentária e financeira de TIC

**Perspectiva:** Recursos

**Descrição:**

Garantir a utilização adequada dos recursos orçamentários de TIC, por meio de adoção de práticas que permitam o planejamento, a execução, a transparência e a medição da efetividade de sua aplicação.

Nº	INDICADOR DTIC	METAS
3.1	Índice de execução do Plano Orçamentário de TIC	Atingir, em 2016 o índice mínimo de 80%;

**Iniciativas Relacionadas:**

- Aprimorar o processo de orçamentação entre as unidades do DTIC;
- Aperfeiçoar o acompanhamento da execução do orçamento de TIC;

#### 4.6.1.4 OETIC-4. Aperfeiçoar a governança e a gestão de TIC

**Perspectiva:** Processos Internos

**Descrição:**

Criar um modelo de gestão de governança de TIC baseado nas melhores práticas do mercado, adequando-se à realidade do TJPR.

Nº	INDICADOR DTIC	METAS
4.1	Índice de Governança de TI (iGovTI)	Atingir, em 2016 o índice mínimo do iGovTI (Intermediário)

**Iniciativas Relacionadas:**

- Promover a implantação da equipe de governança de TIC, e rotinas de acompanhamento de projetos no DTIC;
- Acompanhar e publicar periodicamente o desempenho dos projetos de TIC;
- Revisar e publicar o Catálogo de Serviços de TIC, e acrescentando Acordo de nível de serviço (ANS);
- Buscar o atendimento ao Perfil de Governança do iGovTI;
- Implantar a Gestão por Processos em TIC (conforme definidos no iGovTI e Resolução CNJ 211/2015);
- Mapear processo de Gestão de Ativos de Infraestrutura Tecnológica;
- Criar um Plano de Continuidade de Serviços Essenciais de TIC;
- Implantar a Gestão de Demandas de TIC.
- Promover a adequação organizacional do DTIC para atendimento às diretrizes estratégicas de TIC.

4.6.1.5 *OETIC-5. Aprimorar as contratações de TIC*

**Perspectiva:** Processos Internos

**Descrição:**

Utilização adequada dos recursos financeiros de TIC, por meio de adoção de práticas de gestão de contratações de TIC, e a aderência às diretrizes da resolução CNJ nº 182 de 17 de outubro de 2013 para Contratações de Soluções de TIC.

Nº	INDICADOR DTIC	METAS
5.1	Índice de execução do Plano de Contratações de TIC	Atingir, em 2016 o índice mínimo de 80%

**Iniciativas Relacionadas:**

- Aprimorar o processo de Contratação de TIC entre as unidades do DTIC;
- Aprimorar o processo de Gestão de Contratos em TIC;

#### 4.6.1.6 OETIC-6. Promover a adoção de padrões tecnológicos

**Perspectiva:** Processos Internos

**Descrição:**

Implantar práticas de mercado que atendam a todo o ciclo de vida dos sistemas de informação, buscando a uniformização de procedimentos, metodologias, e também quando possível buscar a padronização para software e hardware.

Nº	INDICADOR DTIC	METAS
6.1	Índice de formalização da Metodologia de desenvolvimento e de sustentação de Software	Possuir, em 2016, a formalização de Metodologia de desenvolvimento e sustentação de software

**Iniciativas Relacionadas:**

- Promover a padronização de Processos no DTIC;
- Apoiar a definição da ferramenta de Modelagem de Processos;
- Promover o mapeamento de procedimentos operacionais padronizados (POP) no DTIC;
- Promover a padronização no desenvolvimento e manutenção de sistemas;
- Promover a padronização de ferramentas e tecnologias no DTIC.
- Promover a aderência dos novos sistemas de informação às recomendações do artigo 20 da resolução CNJ nº 211/2015, e que abrange os sistemas de informação judiciais e administrativos do DTIC;

4.6.1.7 *OETIC-7. Aprimorar e fortalecer a integração e a interoperabilidade de sistemas de informação*

**Perspectiva:** Processos Internos

**Descrição:**

Garantir a aderência às diretrizes estabelecidas pela Resolução CNJ nº 03 de 16 de abril de 2013, que institui o Modelo Nacional de Interoperabilidade entre o Poder Judiciário e Ministério Público, para os Sistemas Judiciais do TJPR (Projudi e Pje<sup>1</sup>).

*(1) O Sistema Pje é desenvolvido e mantido pelo CNJ, portanto apenas quanto solicitado oficialmente.*

<b>Nº</b>	<b>INDICADOR DTIC</b>	<b>METAS</b>
7.1	Índice de aderência dos Sistemas Judiciais ao MNI (modelo nacional de Interoperabilidade)	Atingir, em 2016 o índice mínimo de 80%

**Iniciativas Relacionadas:**

- Promover a aderência dos sistemas judiciais ao MNI.

#### 4.6.1.8 OETIC-8. Aprimorar a segurança da informação em TIC

**Perspectiva:** Processos Internos

**Descrição:**

Criar, promover e manter normas de segurança da informação para TIC a partir de um processo de análise de riscos e envolvendo um comitê multidisciplinar dedicado.

Nº	INDICADOR DTIC	METAS
8.1	Índice de formalização da Gestão de Riscos em TIC	Atingir, em 2016, a formalização da Gestão de Riscos em TIC

**Iniciativas Relacionadas:**

- Promover a aprovação da política de segurança de informação;
- Incentivar a aquisição de softwares e hardware para as áreas de segurança de TIC;
- Promover a execução da Gestão de Riscos para Segurança da Informação.

4.6.1.9 OETIC-9. *Primar pela satisfação dos usuários de TIC*

**Perspectiva:** Sociedade

**Descrição:**

Assegurar a agilidade e eficácia no atendimento dos serviços de TIC garantindo a satisfação dos usuários.

Nº	INDICADOR DTIC	METAS
9.1	Índice de Satisfação dos Usuários de TIC	Atingir, em 2016 o índice mínimo de 80% dos usuários internos satisfeitos com os serviços prestados pela área de TIC

**Iniciativas Relacionadas:**

- Capacitar e dimensionar periodicamente a Central de atendimento;
- Realizar pesquisas de avaliações nos atendimentos realizados pela Central do DTIC;
- Realizar pesquisa de satisfação dos usuários internos em relação aos serviços de TIC;
- Melhorar a atuação no público interno e externo ao DTIC: como práticas de instalação de software, divulgações de atividades, facilitadores, etc.
- Promover a institucionalização do Plantão de TIC;

#### **4.6.2 Indicadores de TIC**

Os indicadores servem como ferramenta para aferir se a organização está alcançando os objetivos planejados.

As metas representam, quantitativamente, os níveis esperados de desempenho ao longo do período, sendo atribuída uma meta para cada um dos 6 (seis) anos de vigência do Plano Estratégico

- 1.1 - Índice de Aplicação do Plano Anual de Capacitação
- 2.1 - Índice de implantação do DATACENTER 1(requisitos mínimos de segurança e disponibilidade)
- 2.2 - Índice de implantação de ambiente DATACENTER 2
- 3.1 - Índice de execução do Plano Orçamentário de TIC
- 4.1 - Índice de Governança de TI (iGovTI)
- 5.1 - Índice de execução do Plano de Contratações de TIC
- 6.1 - Índice de aplicação da Metodologia de desenvolvimento e de sustentação de Software
- 7.1 - Índice de aderência dos Sistemas Judiciais ao MNI (modelo nacional de Interoperabilidade)
- 8.1 - Índice de formalização da Gestão de Riscos
- 9.1 - Índice de Satisfação dos Usuários de TIC

## 4.7 Ficha dos Indicadores Estratégicos

### 4.7.1 IE-1.1 - Índice de execução do Plano Anual de Capacitação

IE-1.1 - Índice de execução do Plano Anual de Capacitação							
<b>Objetivo Estratégico Institucional:</b>	07 – Aperfeiçoar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação						
<b>Objetivo Estratégico TIC:</b>	01 - Aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal de TIC						
<b>Tipo de Indicador:</b>	Eficácia <sup>2</sup>						
<b>O que mede:</b>	Percentual de execução do Plano Anual de Capacitação						
<b>Quem mede:</b>	Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC)						
<b>Quando medir:</b>	Anual						
<b>Como medir:</b>	(número de eventos executados no ano / número total de eventos previstos no ano ) x 100						
<b>Meta Geral:</b>	Atender 70% de execução deste indicador até 2016						
	<b>Linha Base (LB*)</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
Previsto	----		70%	75%	80%	85%	90%
Realizado	<b>0%</b>						

(\*) Valor Linha Base (LB) representa uma medição única no momento da elaboração deste documento.

Observações:

1. O Plano Anual de Capacitação será direcionado através de atividades do Plano Diretor de TIC.

---

<sup>2</sup> **Eficácia** é a relação entre os resultados obtidos e os resultados pretendidos: *fazer da melhor maneira, isto é: atingir os resultados esperados.*

**Eficiência** é relação entre os resultados obtidos e os recursos empregados: *fazer da melhor maneira utilizando a menor quantidade possível de recursos.*

#### 4.7.2 IE-2.1 - Índice de implantação de ambiente DATACENTER 1

IE-2.1– Índice de implantação do DATACENTER 1							
<b>Objetivo Estratégico Institucional:</b>	07 – Aperfeiçoar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação						
<b>Objetivo Estratégico TIC:</b>	02 - Prover infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas						
<b>Tipo de Indicador:</b>	Eficácia						
<b>O que mede:</b>	Percentual de Implantação do ambiente de Datacenter 1						
<b>Quem mede:</b>	Divisão de Infraestrutura de Software – DTIC						
<b>Quando medir:</b>	Anual						
<b>Como medir:</b>	Preencher o checklist de avaliação de implantação (ver anexo).						
<b>Meta Geral:</b>	Atender 100% de execução deste indicador em 2016						
	<b>Linha Base (LB*)</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
Previsto	----		<b>100%</b>				
Realizado	<b>100%</b>						

(\*) Valor Linha Base (LB) representa uma medição única no momento da elaboração deste documento.

##### Observações:

1. Os Tribunais deverão informar ao CNJ se possuem ambiente de processamento central (Datacenter) com requisitos mínimos de segurança e de disponibilidade.
  - i. Entende-se como atendidos os requisitos mínimos, se o Tribunal possuir Sala Cofre ou Sala Segura que sigam as melhores práticas nacionais e internacionais para esses tipos de ambientes.
  - ii. Por ser um tema de alta relevância, esse indicador começa a ser acompanhado desde já pelo CNJ, apesar de seu cumprimento estar programado para o prazo de até 3 (três) anos.
2. Implementação de uma Sala Segura ou Sala Cofre de acordo com as normas, sala UPS/Telecom e sala do Gerador, para que atendam às necessidades do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para a proteção de informações e sistemas críticos de TI, incorporando infraestrutura de alta disponibilidade, sistemas de controle e monitoração do ambiente.
3. Normas mínimas atendidas: NBR ISO IEC 27002 (antiga NBR ISO IEC 17799) - Código de prática para gestão de segurança da informação, ABNT NBR 11515 – Critérios de Segurança Física relativos ao armazenamento de dados, Outras normas recomendadas:
  - i. NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão;

- ii. NBR 6880 – Conjuntos de manobra e controle de baixa tensão montados em fábrica;
- iii. ABNT – NBR 9441 – Execução de sistemas de detecção e alarme de incêndio;
- iv. NBR 14565 – Procedimento básico para elaboração de projetos de cabeamento de telecomunicações para rede interna estruturada;
- v. ANSI/EIA/TIA TR-42.7.1 – Cooper Cabling System Workgroup – Category 6 – draft 10;
- vi. ANSI/EIA/TIA-568B – Commercial Building Telecommunications Cabling Standard;
- vii. EIA/TIA-569-A – Commercial Building Standard telecommunications Pethways and spaces;
- viii. EIA/TIA-607 – Commercial Building Grounding / Bonding requeriments;
- ix. NFPA – National Fire Protection Association (vol 72 e 2001)

### 4.7.3 IE-2.2 - Índice de implantação de ambiente DATACENTER 2

IE-2.2– Índice de implantação do DATACENTER 2							
<b>Objetivo Estratégico Institucional:</b>	07 – Aperfeiçoar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação						
<b>Objetivo Estratégico TIC:</b>	02 - Prover infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas						
<b>Tipo de Indicador:</b>	Eficácia						
<b>O que mede:</b>	Percentual de Implantação do ambiente de Datacenter 2						
<b>Quem mede:</b>	Divisão de Infraestrutura de Software - DTIC						
<b>Quando medir:</b>	Anual						
<b>Como medir:</b>	Preencher o checklist de avaliação de implantação (ver anexo).						
<b>Meta Geral:</b>	Atender 100% de execução até 2018						
	<b>Linha Base (LB*)</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
Previsto	----		5%	60%	100%		
Realizado	0%						

(\*) Valor Linha Base (LB) representa uma medição única no momento da elaboração deste documento.

#### Observações:

4. Os Tribunais deverão informar ao CNJ se possuem ambiente de processamento central (Datacenter) com requisitos mínimos de segurança e de disponibilidade.
  - i. Entende-se como atendidos os requisitos mínimos, se o Tribunal possuir Sala Cofre ou Sala Segura que sigam as melhores práticas nacionais e internacionais para esses tipos de ambientes.
  - ii. Por ser um tema de alta relevância, esse indicador começa a ser acompanhado desde já pelo CNJ, apesar de seu cumprimento estar programado para o prazo de até 3 (três) anos.

#### 4.7.4 IE-3.1 - Índice de execução do Plano Orçamentário de TIC

IE-3.1 - Índice de execução do Plano Orçamentário de TIC							
<b>Objetivo Estratégico Institucional:</b>	07 – Aperfeiçoar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação						
<b>Objetivo Estratégico TIC:</b>	03 - Aprimorar a gestão orçamentária e financeira de TIC						
<b>Tipo de Indicador:</b>	Eficiência						
<b>O que mede:</b>	Percentual de Execução do Orçamento de TIC						
<b>Quem mede:</b>	Assessoria Técnica do DTIC						
<b>Quando medir:</b>	Anual						
<b>Como medir:</b>	(Plano Orçamentário Anual Executado / Plano Orçamentário Anual Previsto) * 100						
<b>Meta Geral:</b>	Alcançar o índice de 80% de execução até 2016.						
	<b>Linha Base (LB*)</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
Previsto	----		<b>80%</b>	85%	88%	90%	95%
Realizado	<b>0%</b>						

(\*) Valor Linha Base (LB) representa uma medição única no momento da elaboração deste documento.

##### Observações:

1. Os Tribunais deverão informar ao CNJ o percentual de execução de seus Plano Orçamentários de TIC.
2. O percentual de execução informado deverá considerar o orçamento aprovado para o exercício financeiro, e não o orçamento planejado inicialmente.
3. O item do plano orçamentário é considerado executado se foi gerado contrato do objeto no exercício financeiro.

#### 4.7.5 IE-4.1 - Índice de Governança de TI (iGovTI)

IE-4.1 - Índice de Governança de TI (iGovTI)							
<b>Objetivo Estratégico Institucional:</b>	07 – Aperfeiçoar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação						
<b>Objetivo Estratégico TIC:</b>	04 - Aperfeiçoar a governança e a gestão de TIC						
<b>Tipo de Indicador:</b>	Eficácia						
<b>O que mede:</b>	Nível de maturidade de governança e gestão de TIC conforme diretrizes iGovTI do TCU.						
<b>Quem mede:</b>	Assessoria Técnica do DTIC						
<b>Quando medir:</b>	Anualmente						
<b>Como medir:</b>	Preencher a planilha de medição iGovTI do TCU (versão 2016)						
<b>Meta Geral:</b>	Nível Intermediário ou Aprimorado até 2016						
	<b>Linha Base (LB*)</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
Previsto	----		<b>Intermediário</b>	Intermediário	Intermediário	Avançado	Avançado
Realizado	<b>Inicial</b>						

(\*) Valor Linha Base (LB) representa uma medição única no momento da elaboração deste documento.

Observação:

1. Os Tribunais deverão informar ao CNJ se atingiram o nível Intermediário ou Aprimorado no Índice de Governança de TI (iGovTI).
2. Este indicador utilizará dados relativos ao Levantamento iGovTI 2016 (ou maior) desenvolvido bianualmente pelo TCU.

#### 4.7.6 IE-5.1 - Índice de execução do Plano de Contratações de TIC

IE-5.1 - Índice de execução do Plano de Contratações de TIC							
<b>Objetivo Estratégico Institucional:</b>	07 – Aperfeiçoar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação						
<b>Objetivo Estratégico TIC:</b>	05 - Aprimorar as contratações de TIC						
<b>Tipo de Indicador:</b>	Eficiência						
<b>O que mede</b>	Percentual de execução do Plano de Contratações de TIC						
<b>Quem mede:</b>	Assessoria Técnica do DTIC						
<b>Quando medir:</b>	Anual						
<b>Como medir:</b>	(Plano de Contratações de TIC Anual Executado / Plano de Contratações de TIC Anual Previsto) * 100						
<b>Situação atual:</b>	0%						
<b>Meta Geral:</b>	Alcançar o índice de 80% de execução deste indicador até 2016.						
	<b>Linha Base (LB*)</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
Previsto	----		<b>80%</b>	85%	88%	90%	95%
Realizado	<b>0%</b>						

(\*) Valor Linha Base (LB) representa uma medição única no momento da elaboração deste documento.

#### Observação:

1. Os Tribunais deverão informar ao CNJ o percentual de execução de seus Planos de Contratações de TIC.
2. O percentual de execução informado deverá considerar o Plano de Contratações atualizado, considerando o orçamento aprovado para o exercício financeiro.
3. O item do plano de contratações de TIC é considerado executado se foi gerado contrato do objeto no exercício financeiro.

#### 4.7.7 IE-6.1 - Índice de formalização da Metodologia de desenvolvimento e de sustentação de Software

IE-6.1 - Índice de formalização da metodologia de desenvolvimento e de sustentação de Software							
<b>Objetivo Estratégico Institucional:</b>	07 – Aperfeiçoar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação						
<b>Objetivo Estratégico TIC:</b>	06 - Promover a adoção de padrões tecnológicos						
<b>Tipo de Indicador:</b>	Eficácia						
<b>O que mede:</b>	Formalização da metodologia de desenvolvimento e de sustentação de software						
<b>Quem mede:</b>	Divisão de Análise e Desenvolvimento de Sistemas Administrativos e Divisão de Análise e Desenvolvimento de Sistemas Judiciais no DTIC						
<b>Quando medir:</b>	Anual						
<b>Como medir:</b>	Preencher o check list no DTIC que mede a formalização da metodologia de desenvolvimento e de sustentação de software (ver anexo).						
<b>Meta Geral:</b>	Possuir uma metodologia formal para o desenvolvimento e sustentação de software.						
	<b>Linha Base (LB*)</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
Previsto	----		<b>100%</b>				
Realizado	<b>0%</b>						

(\*) Valor Linha Base (LB) representa uma medição única no momento da elaboração deste documento.

Observação:

1. Os Tribunais deverão informar ao CNJ se possuem metodologia formal de desenvolvimento e de sustentação de software.
2. Por ser um tema de alta relevância, esse indicador começa a ser acompanhado desde já pelo CNJ, apesar de seu cumprimento estar programado para o prazo de até 2 (dois) anos.

#### 4.7.8 IE-7.1 - Índice de aderência dos Sistemas Judiciais ao MNI

IE-7.1 - Índice de aderência dos Sistemas Judiciais ao MNI							
<b>Objetivo Estratégico Institucional:</b>	07 – Aperfeiçoar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação						
<b>Objetivo Estratégico TIC:</b>	07 - Aprimorar e fortalecer a integração e a interoperabilidade de sistemas de informação						
<b>Tipo de Indicador:</b>	Eficiência						
<b>O que mede</b>	Percentual de aderência dos sistemas judiciais ao Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI)						
<b>Quem mede:</b>	Divisão de Análise e Desenvolvimento de Sistemas Judiciais do DTIC						
<b>Quando medir:</b>	Anual						
<b>Como medir:</b>	(Quantidade de Sistemas Judiciais aderentes ao MNI) / (Quantidade de Sistemas Judiciais do TJPR)						
<b>Situação atual:</b>	0%						
<b>Meta Geral:</b>	Alcançar o índice de 80% dos sistemas judiciais aderentes ao MNI até 2016.						
	<b>Linha Base (LB*)</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
Previsto	----		<b>80%</b>	85%	90%	95%	100%
Realizado	<b>0%</b>						

(\*) Valor Linha Base (LB) representa uma medição única no momento da elaboração deste documento.

#### Observação:

1. Os Tribunais deverão informar ao CNJ se possuem, no mínimo, 80% de seus sistemas judiciais aderentes ao Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI).
2. Por ser um tema de alta relevância, esse indicador começa a ser acompanhado desde já pelo CNJ, apesar de seu cumprimento estar programado para o prazo de até 2 (dois) anos.

#### 4.7.9 IE-8.1 - Índice de formalização da Gestão de Riscos em TIC

IE-8.1 - Índice de formalização da Gestão de Riscos em TIC							
<b>Objetivo Estratégico Institucional:</b>	07 – Aperfeiçoar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação						
<b>Objetivo Estratégico TIC:</b>	08 - Aprimorar a segurança da informação em TIC						
<b>Tipo de Indicador:</b>	Eficácia						
<b>O que mede:</b>	Formalização da Gestão de Riscos em TIC						
<b>Quem mede:</b>	Divisão de Infraestrutura de Software do DTIC						
<b>Quando medir:</b>	Anual						
<b>Como medir:</b>	Preencher o checklist que mede a formalização da Gestão de Riscos em TIC (ver anexo)						
<b>Situação atual:</b>	0%						
<b>Meta Geral:</b>	Possuir um processo formal para Gestão de Riscos em TIC						
	<b>Linha Base (LB*)</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
Previsto	----		<b>100%</b>				
Realizado	<b>0%</b>						

(\*) Valor Linha Base (LB) representa uma medição única no momento da elaboração deste documento.

Observação:

1. Os Tribunais deverão informar ao CNJ se possuem processo formal de Gestão de Riscos.

#### 4.7.10IE-9.1 - Índice de Satisfação dos Usuários de TIC

IE-9.1 - Índice de Satisfação dos Usuários de TIC							
<b>Objetivo Estratégico Institucional:</b>	07 – Aperfeiçoar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação						
<b>Objetivo Estratégico TIC:</b>	09 - Primar pela satisfação dos usuários de TIC						
<b>Tipo de Indicador:</b>	Eficácia						
<b>O que mede</b>	Percentual de Satisfação dos usuários Internos de TIC						
<b>Quem mede:</b>	Divisão de Atendimento aos Usuários do DTIC						
<b>Quando medir:</b>	Anual						
<b>Como medir:</b>	Aplicar questionário(s) de Satisfação dos Usuários Internos ao TJPR com relação aos serviços prestados por TIC						
<b>Situação atual:</b>	0%						
<b>Meta Geral:</b>	Alcançar o índice de 80% de satisfação até 2016.						
	<b>Linha Base (LB*)</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
Previsto	----		<b>80%</b>	85%	88%	90%	95%
Realizado	<b>0%</b>						

(\*) Valor Linha Base (LB) representa uma medição única no momento da elaboração deste documento.

Observação:

1. Os Tribunais deverão informar ao CNJ se possuem, no mínimo, 80% dos seus usuários internos satisfeitos com os serviços prestados pela área de TIC.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que a estratégia seja bem sucedida, são necessárias as típicas reuniões dos gestores e equipes para tratar de assuntos (humanos, materiais, financeiros, tecnológicos, informacionais e de gestão). As perguntas chaves são constantes:

- Como está nosso “painel de bordo”?
- Qual o desempenho dos indicadores estratégicos?
- Como estão indo os projetos e iniciativas estratégicas?

Deve-se verificar a análise constante do realizado versus o que havia sido planejado. A ênfase precisa estar no controle da estratégia, adaptando-a às mudanças de ambiente e tornando-a um processo contínuo.

Para que este Plano Estratégico seja dinâmico e represente efetivamente um caminho para o cenário futuro desejado, sugere-se a seguir um modelo para gerenciar o Plano Estratégico baseado no ciclo PDCA<sup>3</sup>.

Outro fator de sucesso a ser perseguido é a execução das reuniões de avaliações estratégicas (RAEs) de TIC. Essas reuniões promovem discussões sobre macro cenários e como eles afetam a estratégia de TI, muitas vezes resultando na reformulação deste planejamento.

Cada reunião deve representar um avanço no aprendizado estratégico, e o detalhamento do como implementar as iniciativas estratégicas a curto prazo são descritas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), num período de tempo menor a este planejamento.

---

<sup>3</sup> Criado em 1930 por Walter Shewhart, o ciclo PDCA (Plan, Do, Check, Action) é uma ferramenta de gestão que visa controlar e melhorar os processos e produtos de uma forma contínua. Ao longo dos anos 50, foi amplamente difundido no Japão por Willian Edwards Deming. Também conhecido como ciclo de Deming ou ciclo de Shewhart



# APÊNDICES



## A. Matriz de Alinhamento Estratégico Institucional e DTIC

**Missão TJPR:**  
 "Garantir à sociedade a prestação jurisdicional acessível, de qualidade, efetiva e célere, de forma transparente e ética, solucionando os conflitos e promovendo a pacificação social."

**Visão TJPR:**  
 "Ser referência de qualidade na prestação de serviços públicos, reconhecida pela sociedade e seus colaboradores como instituição da qual todos tenham orgulho e confiança."

**Valores:**

Transparência	Ética
Celeridade	Justiça
Inovação	Eficiência

Objetivos Estratégicos Institucionais (PEI 2015 - 2020)													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
	Atuação Institucional	Acesso à Justiça	Responsabilidade Social e Ambiental	Eficiência Operacional	Alinhamento e Integração	Tecnologia	Gestão de Pessoas			Infraestrutura e Pessoal	Orçamento		
	Sociedade			Processos Internos			Aprendizado e Conhecimento			Recursos			
Objetivos Estratégicos de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC 2015 - 2020)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
	Atuação Institucional	Acesso à Justiça	Responsabilidade Social e Ambiental	Eficiência Operacional	Alinhamento e Integração	Tecnologia	Gestão de Pessoas			Infraestrutura e Pessoal	Orçamento		
	Sociedade			Processos Internos			Aprendizado e Conhecimento			Recursos			
Recursos	1	Aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal de TIC			S				S				
	2	Prover infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas				S		S					
	3	Aprimorar a gestão orçamentária e financeira de TIC			S								
Processos Internos	4	Aperfeiçoar a governança e a gestão de TIC			S	S		S			S		
	5	Aprimorar as contratações de TIC			S				S				
	6	Promover a adoção de padrões tecnológicos						S					
	7	Aprimorar e fortalecer a integração e a interoperabilidade de sistemas de informação						S					
Sociedade	8	Aprimorar a segurança da informação em TIC						S					
	9	Primar pela satisfação dos usuários de TIC				S		S			S		

## B. Checklist de Implantação de Datacenter no TJPR

Itens de verificação mínimos para a Implementação de uma Sala Segura ou Sala Cofre, que atenda às necessidades do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná:

Item	Descrição	% concluído
01	<b>PROJETO EXECUTIVO</b>	
02	<b>SALA SEGURA ou SALA COFRE</b>	
03	<b>PISO TÉCNICO</b>	
04	<b>SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO</b>	
	Sala Segura ou Sala Cofre	
	Sala UPS/Telecom.	
05	<b>SISTEMA DE ENERGIA</b>	
	Equipamentos UPS's, com autonomia de 7 minutos a plena carga	
	Grupo Gerador de Emergência, LINHA DIESEL, para funcionamento singelo e automático com todos os acessórios.	
	QTA – responsável pela alimentação elétrica proveniente da concessionária / grupo gerador para o sistema em questão;	
	QDEMG – quadro de distribuição emergencial de energia advinda do QGBT existente;	
	QDX – distribuição de energia da linha X;	
	QDY – distribuição de energia da linha Y;	
	QDiX – distribuição de energia interna na Sala Segura e Sala Telecom da linha X	
	QDiY – distribuição de energia interna na Sala Segura e Sala Telecom da linha Y;	
	QDUTIL – distribuição de energia para sistemas de iluminação e tomadas de uso geral;	
	QDSTS – quadro responsável pela transferência para fontes dos subsistemas singelos.	
06	<b>SISTEMA DE DETECÇÃO PRECOCE DE INCÊNDIO</b>	
07	<b>SISTEMA DE COMBATE A INCENDIO COM GÁS</b>	
	Cilindro de baixa pressão	
	Painel central de detecção e alarme de incêndio	
	Difusor do Gás	
	Acionadores manuais	
	Chaves de bloqueio	
	Detectores óptico de fumaça	
	Sinalizador áudio visual	
08	<b>CONTROLE DE ACESSO</b>	
	Leitoras biométricas (sala Segura/Cofre, Sala UPS, Sala Telecom e Sala Gerador)	
	Conjunto de fechaduras eletromecânicas	
	Conjunto de acionador manual	
09	<b>CIRCUITO FECHADO DE TV (CFTV)</b>	
10	<b>CABEAMENTO LÓGICO ESTRUTURADO</b>	
	Pontos metálicos 6A	
	Painel de fechamento, organizadores de cabos e conjunto de porca gaiola M5	
	Fibra opticas multimodo	
	Fibra opticas monomodo	
	DIO	
	Cordões óticos	
	Sistema de infraestrutura	
	Eletrocalhas	

	Eletródutos	
<b>11</b>	<b>RACKS</b>	
	Racks para Servidores e Telecom	
	Racks para Rede	
<b>12</b>	<b>SUPERVISÃO REMOTA</b>	
	Temperatura	
	Umidade Relativa	
	Estado de Porta	
	Presença de Líquido	
	Detecção de Incêndio	
	Módulo de supervisão	
<b>13</b>	<b>MOVING DE EQUIPAMENTOS</b>	
<b>14</b>	<b>MANUTENÇÃO PREVENTIVA-PROGRAMADA E CORRETIVA</b>	
<b>Total do Checklist (média dos percentuais acima)</b>		

Detalhamento dos itens solicitados no check list:

- A. **Sala Segura – Sala Cofre** – Construção modular para proteção física, contra incêndio e arrombamento, estanque contra gases e água e com barreira contra difusão de umidade e atenuação campos magnéticos.
- B. **Piso Técnico** – Painéis removíveis, apoiados sobre bases ajustáveis composta por um sanduíche formado por duas placas de aço com enchimento em argamassa especial à base de cimento.
- C. **Sistema de Climatização** – Sistema eficiente e flexível composto por módulos de alto desempenho e alto fator de calor sensível. Aspiração e filtragem no lado superior e elevado fluxo de insuflamento direto no entre piso. Controles incorporados devem manter módulos em reserva automática. Condensadores remotos a ar.
- D. **Sistema de Energia** – Distribuição dual com quadro microprocessado e com disjuntores parciais tipo plug-in. Tomadas sob medida e cabos identificados e acomodados em leitos aramados.
- E. **Sistema de Detecção Precoce de Incêndio** – Monitoração ativa dos aerossóis presentes no ar, interligado com o controle de incêndio. Detectores de alta sensibilidade (Laser) e análise estatística por software.
- F. **Controle de Incêndio** – Sistema de supressão de combustão por inundação completa dos ambientes, sobre e sob o piso com gás. Operação automática através de Central de Incêndio e detectores óticos integrados ao sistema de monitoramento à Laser.
- G. **Controle de Acesso** – Controle de acesso com leitora biométrica digital.

- H. **Circuito Fechado de TV (CFTV)** – Sistema de monitoração e gravação digital de imagens através de câmeras IP.
- I. **Cabeamento Lógico Estruturado** – Execução de cabeamento estruturado e infraestrutura para a distribuição e conectorização dos cabos de comunicação.
- J. **Racks** – entrega e instalação dos racks, no ambiente definido;
- K. **Supervisão Remota** – Supervisão dos sistemas do ambiente e transmissão dos alarmes via rede TCP / IP.
- L. **Moving** – Movimentação de equipamentos para o datacenter
- M. **Manutenção Preventiva-Programada e Corretiva** – Os serviços de manutenção continuada incluem manutenção preventiva-programada e corretiva da Sala Segura/Cofre, englobando o fornecimento de todos os materiais, produtos, insumos, equipamentos, ferramentas, infraestrutura, peças de reposição originais e os serviços necessários ao funcionamento contínuo e seguro da Sala Segura e respectivos subsistemas.

## C. Checklist de formalização da Metodologia de Desenvolvimento e Sustentação Software

### Metodologia de Desenvolvimento de Software (MDS):

Item	Descrição	% concluído
01	A metodologia adotada prevê atividades de levantamento de requisitos com os usuários	
02	A metodologia adotada prevê atividades de arquitetura de software	
03	A metodologia adotada prevê atividades para a implementação do software	
04	A metodologia adotada prevê atividades para a elaboração e execução dos testes unitários	
05	A metodologia adotada prevê atividades de revisão da documentação de software	
06	A metodologia adotada prevê atividades de Implantação e Treinamento de Software	
07	A metodologia adotada prevê adoção de ferramentas de, visando melhoria da qualidade e da produtividade.	
08	A metodologia adotada prevê adoção de boas práticas e padrões de desenvolvimento de software nacionais ou internacionais.	
09	A metodologia adotada prevê adoção de repositórios para registrar o seu uso, e manter o histórico de versões.	
10	A metodologia adotada está publicada e as equipes foram treinadas para o seu uso.	
<b>Total do Checklist MDS (média dos percentuais acima)</b>		

### Metodologia de Sustentação de Software (MSS):

Item	Descrição	% concluído
01	A metodologia adotada prevê atividades de Manutenção do Software	
02	A metodologia adotada prevê atividades de Análise de Impacto	
03	A metodologia adotada prevê atividades de Comunicação entre equipes	
04	A metodologia adotada prevê atividades de Rastreabilidade das Mudanças / Melhorias	
05	A metodologia adotada prevê adequação ao cumprimento dos demais Processos / Procedimentos existentes no DTIC;	
06	A metodologia adotada é compatível com a Metodologia de Desenvolvimento de Software do TJPR.	
07	A metodologia adotada está publicada e as equipes foram treinadas para o seu uso.	
<b>Total do Checklist MSS (média dos percentuais acima)</b>		

$$\text{Total da Formalização} = (\text{Total Check list MDS} + \text{Total Check list MSS}) / 2$$

#### D. Checklist de formalização da Gestão de Riscos em TIC

Item	Descrição	% concluído
01	A Metodologia adotada prevê atividades de Mapeamento do Riscos nas unidades do DTIC	
02	A Metodologia adotada prevê atividades de Identificação dos Riscos (IR)	
03	A Metodologia adotada prevê atividades de Avaliação dos Riscos (AR)	
04	A Metodologia adotada prevê atividades de Tratamentos dos Riscos (TR)	
05	A Metodologia adotada prevê atividades de Comunicação dos Riscos (CR)	
06	A Metodologia adotada prevê atividades de Monitoramento dos Riscos (MR)	
07	A Gestão de Riscos em TIC é realizada através de uma ferramenta computacional (ferramenta de apoio) própria ou de mercado?	
<b>Total do Checklist (média dos percentuais acima)</b>		



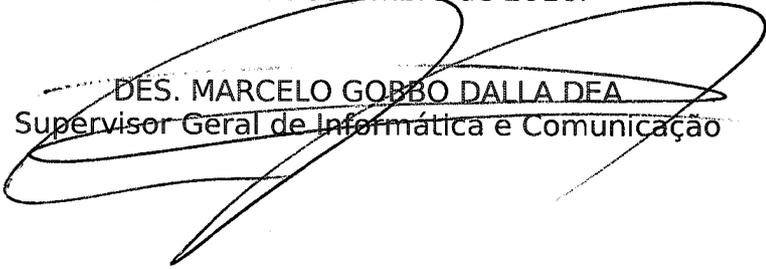
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SEI Nº 0014991-46.2016.8.16.6000

À elevada apreciação do Excelentíssimo  
Senhor Desembargador Presidente.

Em 28 de setembro de 2016.

  
~~DES. MARCELO GOBBO DALLA DEA~~  
Supervisor Geral de Informática e Comunicação

I – Trata o presente expediente da Revisão do PETIC - Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação para o exercício 2015-2020, e do PDTIC – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, para o exercício de 2016, conforme o disposto nas Resoluções nº 90/2009, 99/2009 e 198/2014, todas do Conselho Nacional de Justiça.

II – Tendo em vista o contido no presente expediente, notadamente os Planos elaborados e Revisados pelo Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC (doc. 0978804 e 0978845) e no despacho do Supervisor Geral de Informática e Comunicação (doc. 0997375), APROVO as revisões do PETIC e PDTIC, encontrando-se em conformidade com os trabalhos desenvolvidos e sintetizando os objetivos estratégicos a serem alcançados.

III – Ao DTIC para as providências que se fizerem necessárias.

Em 28 de setembro de 2016.



PAULO ROBERTO VASCONCELOS  
Desembargador  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná